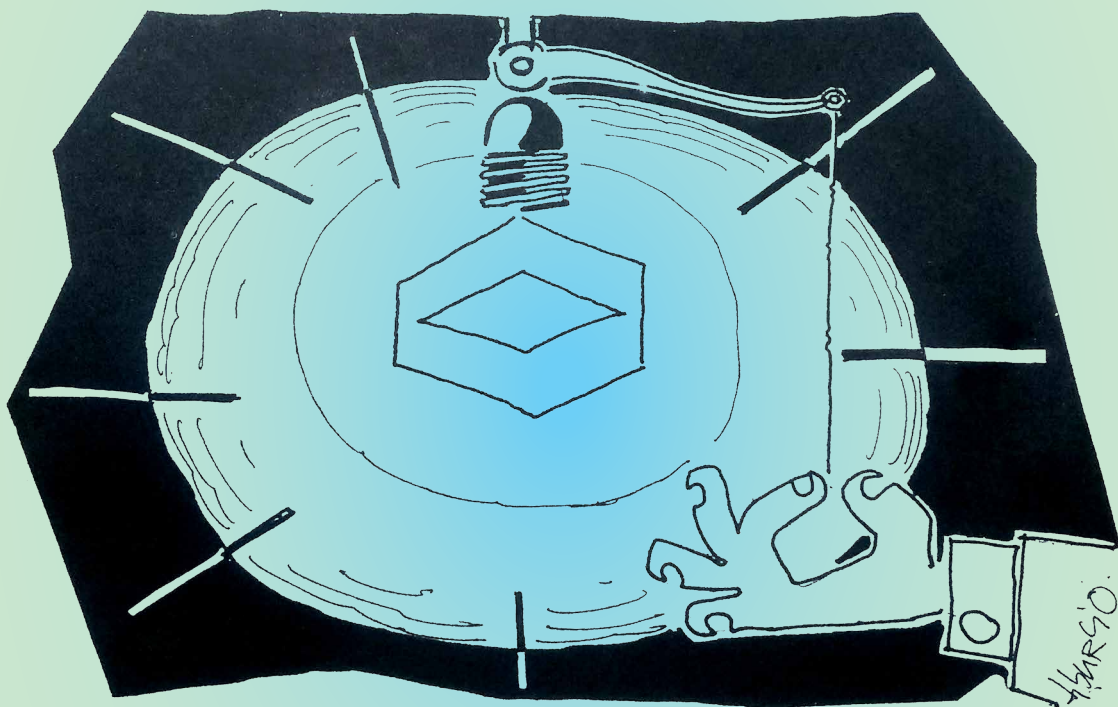


Em Defesa da Petrobrás



**Depoimento do presidente da AEPET,
Diomedes Cesário da Silva, na Comissão
Parlamentar de Inquérito do Congresso
Nacional que investiga a crise financeira
da Petrobrás**

Esta publicação reúne um elenco de informações sobre a situação financeira da Petrobrás. O material que estamos divulgando foi entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (Câmara de Deputados e Senado) instaurada para investigar as causas e os responsáveis pela crise financeira da Companhia. A convite daquela comissão, o presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva, expôs, em março último, a posição da entidade sobre os principais problemas que a Petrobrás vem enfrentando.

Ao lado do engenheiro Diomedes Cesário da Silva, esteve o então presidente da FENAPE - Federação Nacional dos Petroleiros, Luiz Fernando Maia, que também apresentou a visão dos empregados da Companhia sobre a crise que ameaça a maior empresa da América Latina.

A AEPET pretende que esta publicação sirva como estímulo ao debate sobre as dificuldades financeiras da Petrobrás. Aqui estão reunidas informações colhidas junto à Petrobrás, dados retirados de publicações nacionais e estrangeiras, recortes de jornais e algumas conclusões da própria diretoria da AEPET, que está empenhada em denunciar os abusos contra a Petrobrás praticados pela política governamental.

Esperamos com esta publicação fornecer subsídios a um debate que deve ser travado a todo o momento: a defesa da integridade da Petrobrás.

DEPOIMENTO DO PRESIDENTE DA AEPET - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS, ENG. DIOMEDES CÉSARIO DA SILVA, EM 13.03.90, NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA QUE INVESTIGA A CRISE FINANCEIRA DA PETROBRÁS

Excelentíssimo Senhor Deputado José Tinoco DD presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista que investiga a crise financeira da Petrobrás. Senhor Relator da Comissão, Senador José Fogaça, senhores Senadores, senhores Deputados, membros da Comissão.

Introdução

Nossas primeiras palavras são de agradecimento a esta ilustre Comissão pela honrosa Convocação que nos fez, na condição de Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS, para dar o nosso depoimento sobre a CRISE FINANCEIRA da importante Empresa Brasileira.

Recebemos o convite não apenas como uma deferência à entidade que representamos, integrada por cerca de 5.500 profissionais de nível superior, mas também como homenagem ao Corpo Técnico e a todos os trabalhadores do Sistema PETROBRÁS.

A insensibilidade do governo

A direção da Companhia, os Sindicatos de Petroleiros e a nossa entidade, a AEPET, esgotaram todos os pedidos de providências que deveriam ser tomadas pelo Poder Executivo para evitar e, finalmente, debelar a Crise Financeira que afeta a PETROBRÁS, ameaçando inviabilizar até mesmo o monopólio estatal do petróleo, instituído na Constituição.

Sociedade de economia mista, a PETROBRÁS haveria de recorrer, inicialmente, aos altos escalões da Administração Pública reivindicando medidas e sugerindo soluções para superar as suas atuais dificuldades no campo financeiro.

Assim, por exemplo, somente no período de maio a outubro de 1989, o Presidente Carlos Sant'Anna endereçou trinta mensagens aos Ministros de Minas e Energia e da Fazenda, além de entrevistas pessoais, apontando os problemas e encarecendo providências. Nessas mensagens e encontros foram acentuadas as causas das perdas de receita, os riscos para o abastecimento nacional, a impossibilidade de recompor estoques estratégicos, as dificuldades de caixa, a necessidade de eliminar subsídios, além de outras questões.

Peço permissão para que sejam incluídos neste depoimento os documentos comprobatórios das gestões a que antes nos referimos. (Anexo I).

Anexo I

O presidente da AEPET entregou à CPI do Congresso Nacional cópia de um documento elaborado em novembro de 1989 pelo ex-presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, e dirigido ao Conselho de Administração da Companhia sobre a situação financeira da empresa.

No citado documento, Sant' Anna alinhava uma série de correspondências endereçadas aos ex-ministros das Minas e Energia, Vicente Fialho, e da Fazenda, Mailson da Nóbrega, através das quais, denuncia as perdas sofridas pela Petrobrás com os subsídios e a defasagem dos preços dos derivados e pede que sejam tomadas providências. Ao ministro Vicente Fialho foram encaminhadas 19 correspondências entre maio e outubro de 1989, com informações detalhadas a respeito da crise financeira da Petrobrás. Já o ministro Mailson da Nóbrega recebeu 11 correspondências, no mesmo período.

No documento dirigido ao Conselho de Administração da Petrobrás, Sant' Anna destaca ter desenvolvido “um persistente esforço no sentido de procurar sensibilizar as autoridades governamentais, especialmente as da área econômica, para a gravidade da situação e para a necessidade imperiosa de serem atualizados os preços dos derivados de petróleo, de forma a que seja preservada a normalidade do abastecimento, seriamente ameaçada, e que seja viabilizada a retomada do programa de investimentos da Companhia” (...)

Mais adiante Sant' Anna conclui: “Não obstante todo esse esforço, as autoridades da área econômica, preocupadas com os riscos da hiperinflação, não têm sido sensíveis aos problemas da PETROBRÁS.”

Da mesma forma que a Direção da Empresa, a AEPET também se mobilizou apontando dificuldades e reclamando as necessárias providências.

Assim, já em setembro/87, a nossa entidade endereçava longo telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, alertando-o sobre os graves problemas financeiros da PETROBRAS e encarecendo providências. Lamentavelmente não merecemos resposta.

Em junho/88, enviamos novo telex reiterando o pedido de providências, sem qualquer resultado prático.

Em julho de 1989 fizemos publicar no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, e em diversos órgãos de grande circulação, manifesto com o título “A QUEM INTERESSA A CRISE DA PETROBRÁS” alertando as autoridades e a opinião pública para as graves dificuldades da Companhia. Este documento foi assinado por 48 entidades da sociedade civil que representam empresários, políticos e numerosas categorias profissionais.

Em 17.07.89, por ocasião da visita do Presidente da República à Bacia de Campos, para inaugurar o Pólo Nordeste, publicamos novo manifesto, com o título “TAMBÉM GOSTARÍAMOS SENHOR PRESIDENTE”.

Peço autorização do nobre Presidente desta Comissão para que todos os documentos aqui mencionados sejam incorporados a este depoimento. (Anexo II)

Anexo I



O telex que ficou sem resposta

A QUEM INTERESSA A CRISE DA PETROBRÁS?

A Petrobrás vive uma crise sem precedentes na sua história. Submetida a uma injusta política governamental, a Companhia acumula um déficit de caixa de US\$ 600 milhões gerado pela diferença entre o preço pago pelo petróleo importado — US\$ 20,13 por barril e o valor de comercialização interna, hoje na faixa de US\$ 13,92 por barril. Esta situação, capaz de abalar a saúde financeira de qualquer empresa, tende a enfraquecer a Petrobrás e comprometer o crescimento econômico nacional. Por mais sólida que seja uma Companhia — e a Petrobrás demonstrou nos últimos 35 anos uma invejável capacidade produtiva — não há como resistir a uma política de Governo caracterizada por uma série de privilégios e favores a determinados segmentos em detrimento da empresa. Vale lembrar que o longo prazo de faturamento concedido às distribuidoras de combustíveis implicou, somente no ano passado, numa transferência financeira de cerca de US\$ 800 milhões. Por sua vez, o subsídio à nafta petroquímica já representa uma perda de faturamento da ordem de US\$ 500 milhões por ano, enquanto o déficit provocado pelo subsídio ao Proálcool alcança US\$ 650 milhões.

REFLEXOS NEGATIVOS

A crise financeira da Petrobrás não se restringe às fronteiras da Companhia. Qualquer dificuldade enfrentada pela empresa gera reflexos desfavoráveis na sociedade brasileira. A queda da produção nacional de petróleo, principal fonte de receita da Petrobrás, provocará a recessão econômica e o desemprego e desviará o País da rota de desenvolvimento econômico e social. Corremos o risco de abandonar um projeto de auto-suficiência na produção de petróleo a ser alcançada, já na década de 80, para aumentarmos a importação do produto e nos tornarmos cada vez mais dependentes das instabilidades do mercado internacional de óleo. Isso ocorre justamente no momento em que a produção nacional de petróleo ultrapassa a marca dos 600 mil barris diários e nossas reservas tornam-se a cada dia mais expressivas.

QUEM ESTÁ APOSTANDO NESTA CRISE?

É inegável o poderoso impacto que a crise da Petrobrás causa na economia nacional. A redução dos investimentos da Companhia está ameaçando a indústria brasileira de bens e serviços, deixando apreensiva a classe empresarial. Perguntamos, então, se é conveniente para o País destruir a sua principal Companhia? Quem interessaria manter esta política de enfraquecimento da Petrobrás? Certamente essa política não atende ao povo brasileiro que, em praça pública, defendeu a criação da Petrobrás e a instituição do monopólio estatal do petróleo.

POLÍTICA JUSTA

A situação da Petrobrás é grave, mas tem solução. E a saída é política. O Governo precisa, com urgência, adotar medidas que recuperem o fôlego financeiro da empresa, eliminando, de vez, os privilégios, favores e distorções já citados. No debate sobre as dificuldades da Companhia há quem defenda como alternativa a privatização de suas subsidiárias mais rentáveis. Sabemos que não é essa a vontade da sociedade brasileira. A Petrobrás não precisa de medidas isoladas ou paliativas que resolvam problemas momentâneos e comprometam seu crescimento futuro. A Petrobrás precisa de uma nova política governamental. Mais justa, real e comprometida com os interesses da Companhia e do País.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS — AEPET • SINDICATOS DOS PETROLEIROS (19 EM TODO O PAÍS) • CLUBE DE ENGENHARIA • CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA — CREA — RJ • FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS • ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE IMPRENSA — ABI • ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — OAB • FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS — FNE • CÂMARA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL NACIONAL — CEBRACAM • ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA — ASFLUPEME • ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS — ASSIMC • SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOLOGIA — SBG • ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS GEOLOGOS DO RIO DE JANEIRO — APG/RJ • SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOFÍSICA — SBGF • ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS DE MINERAÇÃO — APROMIN • ASSOCIAÇÃO DOS GEOLOGOS E ENGENHEIROS DA CPRM • ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE ENGENHEIROS DO RIO DE JANEIRO • ASSOCIAÇÃO DOS LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS NACIONAIS — ALANAC • PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS • ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS — RS • SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE VOLTA REDONDA • SINDICATO DOS MUNICÍPIOS LIMITROFES E PRODUTORES DE PETRÓLEO — ANAMPEP • SINDICATO DOS ENGENHEIROS — RS • SINDICATO NACIONAL DOS MÉDICOS • SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO DE JANEIRO • FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS E CIRURGIA DO RIO DE JANEIRO • ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO • ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO — ASSIBRAL • SOCIEDADE MÉDICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — SOMERJ

Também gostaríamos, senhor Presidente

"Gostaria que estivessem, aqui comigo, os 130 milhões de brasileiros para tomar conhecimento do que se está fazendo. Gostaria que todos pensassem no passado, no presente e no futuro. No passado com aqueles que lutaram para a conquista do monopólio. No passado quando nossos engenheiros e técnicos começaram a elaborar os alicerces que levaram a este recorde de 601 mil barris por dia. E quando aqui chegaram os homens que foram capazes de construir, chapa por chapa, esta grande obra.

Gostaria que vissem o futuro. Que vissem que não há crise que seja maior do que o Brasil. Gostaria que

todos os brasileiros vissem o que vejo agora, para ter a certeza de que nosso trabalho é saber esperar pelo futuro enfrentando desafios. Cumprimento a todos, neste complexo tecnológico. Patrimônio dos brasileiros, fruto da consciência moral do Brasil".

Presidente José Sarney, na Plataforma de Enchova, Setembro de 1987.

Também gostaríamos, Senhor Presidente, de ter a certeza da nossa auto-suficiência vislumbrada e anunciada por Vossa Excelência, em Campos, na Praça de São Salvador, em dezembro de 1985. Mas, como alcançá-la, se os recursos são retirados à PETROBRÁS?

Também gostaríamos, Senhor

Presidente, de ter, como Vossa Excelência, a mesma fé no futuro deste País. Mas a fé não se alimenta só de esperança. Controlar-se com a força do trabalho e da determinação. Ao Povo Brasileiro isto nunca faltou. A PETROBRÁS, seu instrumento, também não. Gostaríamos que, a ambos, não falta o Governo.

Em meu Governo não faltarão apoio e estímulo à PETROBRÁS, pois é uma empresa dinâmica, eficaz e auto-sustentada".

Presidente José Sarney, em Urucui, Amazonas, Julho de 1988.
(Texto publicado na imprensa no dia 17 de julho, quando o presidente José Sarney inaugurava, na Bacia de Campos, o Polo Nordeste)

Não obstante todo esse esforço de esclarecimento da situação da Empresa e o amplo e destacado noticiário da imprensa a respeito nada foi feito pelas autoridades às quais competia o dever de zelar pelo patrimônio público. Todo o nosso empenho foi inútil. Os tecnocratas, como seria de esperar, não manifestaram o menor interesse para tão grave questão.

Solução política para a crise

Em face de tamanho descaso só havia um caminho a seguir, aquele que percorremos, vindo ao encontro da sensibilidade política do Congresso Nacional. Não faltaria aos Representantes do Povo a coragem, a compreensão e o patriotismo para salvar a PETROBRÁS. Nesse entendimento é que a AEPET procurou os Senhores Deputados, Senadores e Comissões do Parlamento Brasileiro.

Foi o Congresso Nacional que discutiu e elaborou a Lei 2004, instituindo o Monopólio Estatal do Petróleo e criando a PETROBRÁS para executá-lo. E Vossas Excelências, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, reafirmaram essa conquista fundamental do Povo Brasileiro.

Verifica-se, dessa maneira, uma histórica identificação do Congresso com a PETROBRÁS. O êxito da PETROBRÁS decorre dessa integração e os seus resultados são essenciais para o desenvolvimento nacional.

A propósito, é-nos especialmente grato destacar a contribuição da Deputada ABIGAIL FEITOSA cuja oportuna iniciativa, apoiada por 199 parlamentares, deu origem a esta importante Comissão.

Os números da crise

Embora já debatidas, nesta Comissão, devemos nos referir às principais causas da crise financeira da PETROBRÁS.

1 - Perdas de receitas decorrentes das diferenças entre os preços CIF do petróleo importado e o CIF considerado na estrutura de preços

Estas perdas somaram US\$ 1,237 bilhão, no período de janeiro/89 a fevereiro/90, conforme anexo III.

É importante ressaltar que estas perdas referem-se aos petróleos importado e nacional, uma vez que este, de acordo com a legislação, deve ser remunerado pelo mesmo valor do importado.

2 - Perdas de receita decorrentes das diferenças entre as taxas de câmbio efetivas e as consideradas na estrutura de preços

Estas perdas acumuladas, no período janeiro/89 a fevereiro/90, alcançaram US\$ 908 milhões, conforme anexo IV.

3 - Defasagem de preços em 02.03.90

Em 02.03.90, data do último reajuste nos preços dos derivados de petróleo, estes já estavam defasados em 22,51%, conforme anexo V. Hoje, 13.03.90, a defasagem já atinge 35,01%.

4 - Perdas com subsídios à nafta petroquímica

Estas perdas acumuladas, nos últimos 10 anos, se situam em torno de US\$ 4 bilhões (cerca de US\$ 500 milhões/ano), conforme anexo VI.

5 - Perdas com a comercialização do álcool

O prejuízo acumulado - subsídios da PETROBRÁS ao programa - atingiu US\$ 650 milhões. Este valor deverá ser recuperado gradualmente.

6 - Débitos do governo e de entidades governamentais com a PETROBRÁS.

A posição destes débitos é indicada no anexo VII.

A PETROBRÁS era, portanto, credora, em 28/02/90, de US\$ 527 milhões.

Anexo III

PERDAS DE RECEITA DA PETROBRÁS DEVIDO AS DIFERENÇAS DE CUSTO CIF			
CUSTO CIF (US\$/BARRIL)			
MÊS	REAL DE IMPORTAÇÃO	NOMINAL DA ESTRUTURA	PERDAS DE RECEITA (US\$ MILHÕES)*
JAN/89	17,099	13,396	101,0
FEV/89	17,125	13,924	84,6
MAR/89	18,528	13,924	140,2
ABR/89	20,047	13,924	187,8
MAI/89	18,795	14,789	133,9
JUN/89	18,441	15,143	97,5
JUL/89	18,435	15,143	105,3
AGO/89	17,840	15,365	82,7
SET/89	18,300	15,866	78,0
OUT/89	18,993	16,160	92,4
NOV/89	18,832	16,920	59,6
DEZ/89	19,634	18,440	37,2
JAN/90	20,408	19,077	41,9
FEV/90	19,701	19,850	-4,7
TOTAL			1.237,4

(*)- CÁLCULO COM BASE NO MERCADO
DA ESTRUTURA DE PREÇOS

(PETROBRÁS)
DECOM/DIPRER/SEPRET

Anexo IV

PERDAS DE RECEITA DA PETROBRÁS DEVIDO ÀS DIFERENÇAS CAMBIAIS

TAXA CAMBIAL (NCr\$/US\$)

MÊS	EFETIVA	ESTRUTURA	PERDAS DE RECEITA (US\$ MILHÕES)*
JAN/89	,9082	,8793	11,6
FEV/89	1,0000	,9455	20,1
MAR/89	1,0000	,9455	23,1
ABR/89	1,0138	,9455	28,8
MAI/89	1,0995	1,0218	34,9
JUN/89	1,3280	1,1853	48,1
JUL/89	1,8975	1,6550	61,9
AGO/89	2,4780	2,1171	74,8
SET/89	3,2538	2,8275	66,6
OUT/89	4,4886	4,0460	52,0
NOV/89	6,1993	5,1577	88,6
DEZ/89	9,3890	7,7726	98,9
JAN/90	14,2900	11,8536	102,3
FEV/90	24,3860	16,7033	196,7
TOTAL			908,3

(*)- CÁLCULO COM BASE NO MERCADO
DA ESTRUTURA DE PREÇOS

(PETROBRÁS)
DECOM/DIPRER/SEPRET

Anexo V

ESTRUTURA DE 02.03.90

CIF REAL IMPORTAÇÃO: US\$ 20,00/BARRIL
TAXA CÂMBIO OFICIAL: NCZ\$ 32,197/US\$
CIF ESTRUTURA: US\$ 19,85/BARRIL
TAXA CÂMBIO ESTRUTURA: NCZ\$ 25,141/US\$

PETROBRÁS PAGA (II)

$20,00 \times 32,197 = \text{NCZ\$ } 643,94/\text{BARRIL}$

PETROBRÁS RECEBE (III)

$19,85 \times 25,141 = \text{NCZ\$ } 499,04/\text{BARRIL}$

PETROBRÁS PERDE

$\text{NCZ\$ } 643,94 - \text{NCZ\$ } 499,04 = \text{NCZ\$ } 144,90/\text{BARRIL}$

PETROBRÁS PERDE POR DIA (NCZ\$)

$600.000 \times 144,90 = \text{NCZ\$ } 86.940.000$

PETROBRÁS PERDE POR DIA (US\$)

$86.940.000 \div 32,197 = \text{US\$ } 2.700.251$

PETROBRÁS PERDE POR MÊS (US\$)

$30 \times \text{US\$ } 2.700.251 = \text{US\$ } 81.007.545$

PETROBRÁS PERDE POR ANO (US\$)

972.090.054

DEFASAGEM NO DIA 02.03.90

$19,85 \times 25,141 = 499,04 = 0,7749 = 22,51\%$

$20,00 \times 32,197 = 643,94$

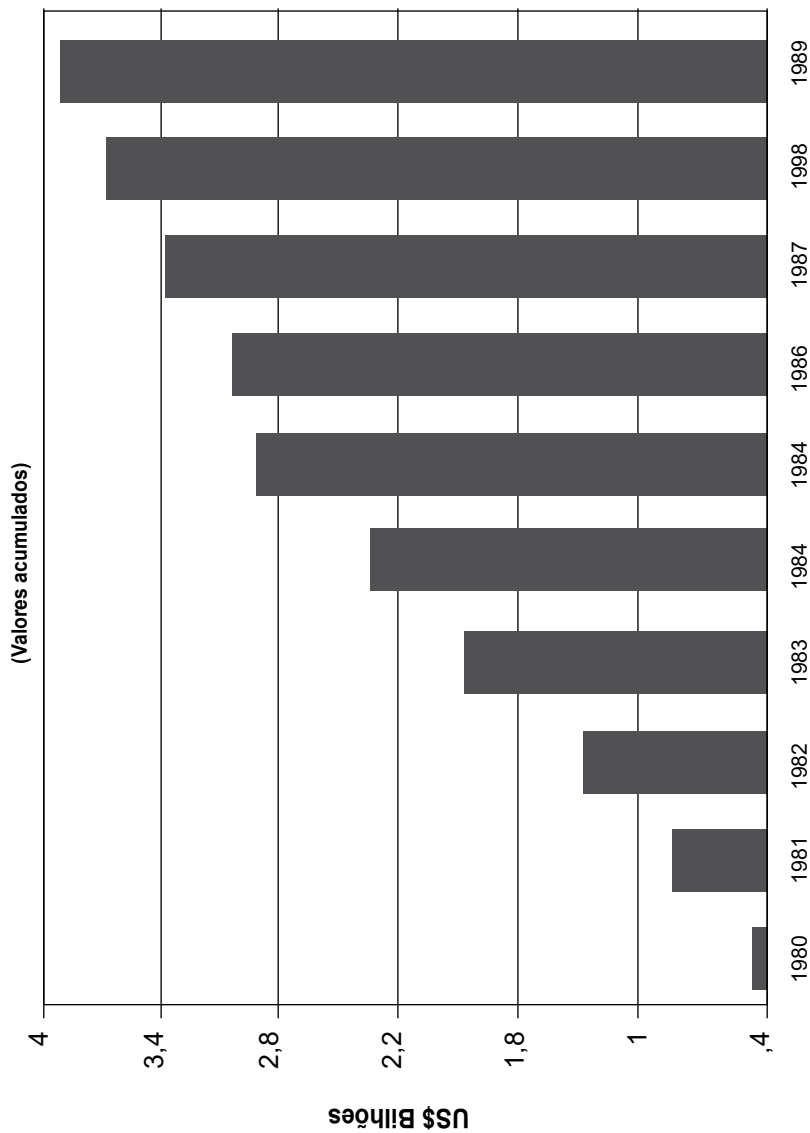
DEFASAGEM NO DIA 13.03.90

$19,85 \times 25,141 = \frac{499,04}{767,76} = 0,64.99 = 35,01\%$

$20,00 \times 38,388 = 767,76$

taxa câmbio oficial dia 13/03.= NCZ\$ 38,388/US\$

NAFTA PETROQUÍMICA: BRASIL X ROTTERDAM
VANTAGENS PROPORCIONADAS ÀS INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS



Anexo VII

DEMONSTRATIVO DO RELACIONAMENTO PETROBRÁS/GOVERNO	
(VALORES ESTIMADOS - 28.02.90)	
DISCRIMINAÇÃO	TOTAL US\$ MILHÃO
1 - CRÉDITOS	1.242,330
Setor Elétrico	314,831
RFFSA	34,517
DNER/BR	2,851
DNER/DER/Petrobrás	20,888
CNP/Conta Álcool	353,554
CNP/Conta Petróleo	403,066
STN/Siderbrás	112,624
2 - DÉBITOS	715,677
CNP/FUP	16,529
FND	618,588
AFRMM	80,559
3 - RESULTADO (1-2)	526,654

Desmentindo Mailson

Não queremos encerrar o nosso depoimento sem uma apreciação do que foi dito aqui pelo Ministro Mailson da Nóbrega. Aquele titular do Ministério da Fazenda além de mostrar-se pretensioso e por demais deselegante no diálogo que manteve com o Deputado MARIO LIMA, alegando não haver entendido perguntas absolutamente claras, formuladas pelo nosso bravo e esclarecido colega, veterano líder sindical petroleiro, situou-se em posição muito abaixo do elevado nível desta Comissão.

Uma de suas teses foi a da necessidade do controle de preços, por parte do Estado, tanto no setor privado como no setor público. Quanto a esse ponto de vista estamos de acordo. Na prática de sua gestão, porém, o que se verifica é um total descontrole de preços no setor privado, dando até a impressão de que é proposital.

De referência ao setor público, no entanto, o que se constata é um controle asfixiante dos preços e tarifas, obrigando as empresas estatais a venderem produtos e serviços muito abaixo dos custos de produção, conduzindo-as, nesse processo insensato e impatriótico, à descapitalização e à insolvência, com todas as conhecidas e perniciosas consequências para a sociedade: queda

na qualidade dos serviços, estagnação tecnológica, recessão, desemprego, destruição de equipes técnicas, aumento da dependência externa, incremento do déficit público e outras.

No caso específico do petróleo, de que estamos tratando, além de todos os desacertos já aludidos, o controle de preços se fez com um escandaloso desrespeito à ampla legislação que regula a matéria, como o Decreto-Lei n. 395, de 1938, Decreto-Lei no 61 de 1966, Decreto-Lei n. 1559, de 1977, todos estes diplomas legais determinando que os preços dos derivados devem assegurar a rentabilidade do parque de refino e o êxito da indústria do petróleo. Outra alegação do Sr. Mailson (página 23 das notas taquigráficas datilografadas) é a de que havendo uma crise generalizada no país a PETROBRÁS não poderia estar a salvo desta crise.

O que se verifica, na verdade, ao contrário do que ele afirmou é que a mencionada crise atinge alguns setores e beneficia, desmesuradamente, a outros. Com a inflação, perdem os assalariados, crescem as dificuldades da classe média, descapitaliza-se o setor público que, com a política atualmente adotada, transfere rendas para a área privada. Do outro lado ganham os especuladores, o sistema financeiro com as elevadas taxas de juros, os oligopólios da indústria e do comércio, muitos beneficiados com os subsídios e financiamentos verdadeiras doações do Estado, tudo isto gerando uma alarmante concentração de renda que o Sr. Ministro parece não enxergar. A esse respeito pedimos, mais uma vez, permissão aos Senhores Membros desta Comissão para encaminhar documentos esclarecedores e comprobatórios das nossas afirmações. (Anexo VIII)

Noutro trecho de seu depoimento o Sr. MAILSON DA NÓBREGA preocupou-se em fazer a apologia da privatização, mas não pensou, um instante sequer, na defesa do patrimônio público e nos perigos da desnacionalização da nossa economia.

Agradecimentos finais

Ao terminar o nosso depoimento, renovamos agradecimentos a esta nobre Comissão pelo honroso convite que nos dirigiu e pela fidalga acolhida com que nos distinguiu.

UM ANO PARA NÃO ESQUECER

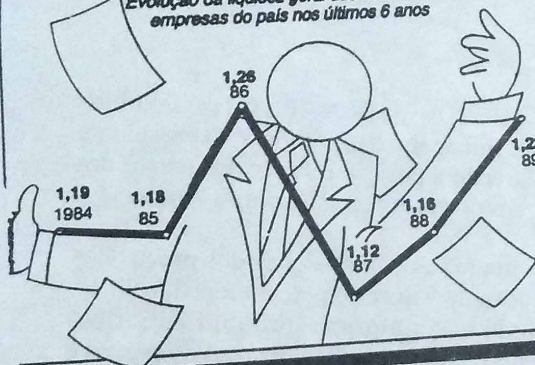
Pesquisa de *Melhores e Maiores* revela que, em 1989, as grandes empresas reduziram dívidas e ficaram mais fortes, rentáveis e lucrativas

Bancos apresentaram em 89 a maior lucratividade da década

JORNAL DO BRASIL - | Pág. 29 - 11/03/90

De volta aos bons tempos

Evolução da liquidez geral das 500 maiores empresas do país nos últimos 6 anos

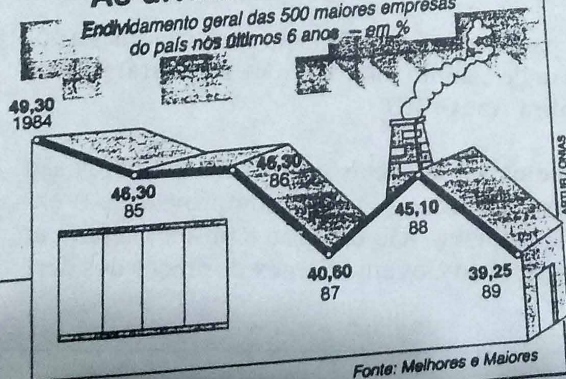


ARTUR/ONAS

Fonte: Melhores e Maiores

As dívidas emagrecem

Endividamento geral das 500 maiores empresas do país nos últimos 6 anos — em %



ARTUR/ONAS

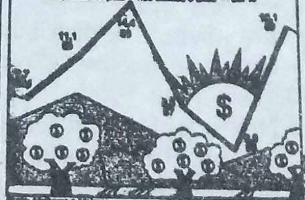
Fonte: Melhores e Maiores

Febraban:
89 foi bom
para toda
a economia

O GLOBO - Pág. 21 - 26/02/90

A busca do lucro

Resultados reais do patrimônio das 500 maiores empresas do país — nos últimos 6 anos — em %



Fonte: Melhores e Maiores

Um ano que as empresas
não vão esquecer

Pesquisa de *Melhores e Maiores* revela que as grandes companhias saíram de 1989 mais lucrativas, fortes e rentáveis. 72

EXAME/7 DE FEVEREIRO DE 1990

Parlamentares debatem crise financeira da Petrobrás

Os depoimentos dos representantes da AEPET e da FENAPE foram seguidos de debate onde o tema central foi a crise financeira da Petrobrás. O presidente da AEPET apresentou material demonstrando a posição relativa dos preços dos combustíveis vendidos ao consumidor em diversos países. (Confira Anexo I)

Foram fornecidas também aos parlamentares as composições dos preços derivados ao consumidor com a indicação de valores e percentuais dos diversos itens de composição de custos, como matéria-prima, refino, FUP, tributos, margens de distribuição e de revenda, parcela de equalização de preços e custos financeiros. (Confira Anexo II)

Diomedes forneceu também aos parlamentares uma tabela com a evolução do preço CIF de importação e da taxa de câmbio (efetivos e de estrutura) no período janeiro 89/março 90. (Confira Anexo III)

A tabela citada acima mostra que os valores reais pagos pela Petrobrás são sistematicamente superiores aos recebidos. A tabela comprova que o ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não cumpriu a promessa feita ao Congresso Nacional de que até o final do Governo Sarney os preços dos derivados estariam alinhados.

Foram amplamente debatidas com os parlamentares as questões dos custos de produção e da eficiência da Petrobrás. Diomedes apresentou aos parlamentares índices, gráficos e números extraídos de diversas publicações - nacionais e internacionais - comprobatórios da competitividade da Petrobrás em relação às companhias concorrentes.

A revista *Offshore*, por exemplo, edição de dezembro de 1989, publicou um gráfico revelando que os custos de perfuração, completação e produção de poços submarinos no Brasil são substancialmente inferiores aos praticados no Reino Unido e na Noruega e, praticamente, equivalentes aos valores obtidos nos Estados Unidos. (Confira Anexo IV)

Estudos elaborados pela Petrobrás, também apresentados aos parlamentares, mostram que os custos totais médios do petróleo produzido no País situam-se, respectivamente, em US\$ 13,36, por barril, na Bacia de Campos, e US\$ 17,28, por barril, no Brasil. Estes valores abrangem não apenas o custo de extração, mas também a amortização dos investimentos em exploração e desenvolvimento da produção, royalties, gastos com pesquisa e desenvolvimento, overhead e despesas financeiras, conforme Anexo V

Verifica-se no anexo anterior que os custos de produção e de extração na Bacia de Campos situam-se em torno de US\$ 4,55, por barril, valor este inferior aos US\$ 5,81, por barril, no Mar do Norte, considerados os campos de Auk, Balmoral, Beatrice, Buchan, Eider, Heather, Highlander, Montrose, Scapa e Tern.

Pode-se constatar, ainda, que os custos totais de produção na Bacia de Campos - da ordem de US\$ 13,36, por barril, - também são competitivos, pois, de acordo com a *Oil and Gas Journal*, edição de agosto de 1989, que publica estudo do Departamento de Economia do Instituto Francês de Petróleo, estes custos variam entre 10 e 20 dólares para condições offshore severas e entre 10 e 30 dólares para águas profundas.

COMPARAÇÃO DE PREÇOS AO CONSUMIDOR EM DIVERSOS PAÍSES

GASOLINA		ÓLEO DIESEL		QUEROS ILUMIN.		QUEROS AVIAÇÃO		GLP		O. COMB. ATE	
PAÍS	NC\$/L	PAÍS	NC\$/L	PAÍS	NC\$/L	PAÍS	NC\$/L	PAÍS	NC\$/Kg	PAÍS	NC\$/Kg
ITALIA	33,363	ITALIA	26,193	DINAMARCA	22,690	PERU	12,343	ÁUSTRIA	37,045	DINAMARCA	14,884
DINAMARCA	31,702	SUÍÇA	23,238	GRÉCIA	17,985	NIGÉRIA	8,398	ISRAEL	37,454	SUÍÇA	9,850
JAPÃO	30,350	ÁUSTRIA	21,770	ESPANHA	17,928	BOLÍVIA	8,278	BOLÍVIA	26,576	ISRAEL	8,026
IRLÂNDIA	30,370	ITALIA	21,650	ITALIA	17,329	ECUADOR	8,192	JAPÃO	25,770	CINGAPURA	7,734
NORUEGA	28,221	FINLÂNDIA	19,059	FRANÇA	16,562	55* BRASIL (int'l)	8,095	COR. DO SUL	23,354	NORUEGA	7,661
HOLANDA	28,346	BÉLGICA	18,277	G. BRETANHA	15,378	PARAGUAI	7,816	URUGUAI	23,354	URUGUAI	7,661
FRANÇA	27,215	G. BRETANHA	14,591	PARAGUAI	14,591	VENEZUELA	7,710	HONG KONG	20,938	PARAGUAI	7,568
PORTUGAL	26,303	JAPÃO	17,925	ISRAEL	12,528	ESPANHA	7,238	FRANÇA	20,938	AUSTRÁLIA	7,260
SUÉCIA	25,026	FRANÇA	17,766	URUGUAI	12,037	CANADÁ	6,881	PARAGUAI	15,301	LUXEMBURGO	6,457
BÉLGICA	24,625	ESPANHA	17,657	CINGAPURA	11,372	CHILE	6,823	HOLANDA	15,301	G. BRETANHA	5,946
HONG KONG	24,575	AL. FEDERAL	17,584	IRLÂNDIA	10,689	ARGENTINA	6,597	GRÉCIA	12,885	FRANÇA	5,545
AUSTRIA	24,077	PORTUGAL	17,584	COR. DO SUL	9,637	11* BRASIL (nec)	6,284	G. BRETANHA	12,885	ESPANHA	5,545
URUGUAI	23,400	PORTUGAL	16,854	JAPÃO	9,266	SUÍÇA	6,216	AUSTRÁLIA	11,274	CHILE	5,472
SUÍÇA	22,618	AF. DO SUL	15,227	HOLANDA	9,155	G. BRETANHA	6,168	AL. FEDERAL	11,274	JAPÃO	5,436
ESPANHA	22,343	HOLANDA	15,067	HONG KONG	8,719	DINAMARCA	6,148	AF. DO SUL	10,469	FINLÂNDIA	5,436
LUXEMBURGO	22,363	AUSTRÁLIA	14,360	BÉLGICA	8,394	ITALIA	6,071	CUBA	10,228	HOLANDA	5,071
PARAGUAI	21,520	CANADÁ	14,360	CHILE	8,208	PORTUGAL	6,033	BOLÍVIA	9,664	GRÉCIA	4,925
COR. DO SUL	20,335	LUXEMBURGO	12,075	NORUEGA	8,208	FRANÇA	5,879	EST. UNIDOS	6,443	20* BRASIL	4,765
G. BRETANHA	20,174	NORUEGA	12,075	BOLÍVIA	7,295	AL. FEDERAL	5,879	EST. UNIDOS	6,443	PORTUGAL	4,597
CINGAPURA	18,985	URUGUAI	12,037	LUXEMBURGO	7,004	JAPÃO	5,821	AR. SAUDITA	6,443	ITALIA	4,414
LUXEMBURGO	17,620	PARAGUAI	12,037	NIGÉRIA	5,493	HOLANDA	5,782	VENEZUELA	5,637	BÉLGICA	4,378
AUSTRÁLIA	16,363	ISRAEL	11,854	COLÔMBIA	5,474	AF. DO SUL	5,763	ÍNDIA	5,637	VENEZUELA	4,159
GRÉCIA	15,902	25* BRASIL	11,400	MÉXICO	5,108	EST. UNIDOS	5,435	MÉXICO	5,476	EST. UNIDOS	4,159
CANADÁ	15,805	ÍNDIA	11,276	ARGENTINA	4,742	MÉXICO	4,722	PERU	4,590	AL. FEDERAL	3,867
HUNGRIA	15,709	EST. UNIDOS	10,408	HUNGRIA	4,240					ÍNDIA	3,794
AFR. DO SUL	14,938	COR. DO SUL	9,734	ÍNDIA	3,662					ARGENTINA	3,758
ISRAEL	14,360	CHILE	9,483	CUBA	3,469					ÁUSTRIA	3,648
ARGENTINA	12,586	BOLÍVIA	9,483	PERU	3,286					AFR. DO SUL	3,575
ÍNDIA	12,628	GRÉCIA	8,288	IRAQUE	2,955					CANADÁ	3,575
CHILE	11,671	ARGENTINA	8,028	AR. SAUDITA	1,927					PERU	3,283
CUBA	10,987	HUNGRIA	7,903	VENEZUELA	1,099					ISRAEL	3,137
BOLÍVIA	10,948	MÉXICO	7,235							HUNGRIA	3,028
IRAQUE	10,578	CINGAPURA	7,228							COLÔMBIA	2,918
EST. UNIDOS	10,216	IRAQUE	5,873							MÉXICO	1,824
PERU	8,751	-CUBA	5,686							AR. SAUDITA	1,459
MÉXICO	8,028	PERU	5,474								
COLÔMBIA	5,474	MÉXICO	5,474								
NIGÉRIA	3,759	ECUADOR	2,930								
QUÊDOR	3,614	NIGÉRIA	2,602								
VENEZUELA	2,920	VENEZUELA	1,735								
AR. SAUDITA	1,831	AR. SAUDITA	1,156								
BRASIL	,000										

COTAÇÕES:
DOLAR US\$ 36,481
LIBRA L 58,476
FRANCO FR 6,194
MARCO ALEM DM 20,929

FONTES: Publicações Internacionais, DAC e Escritórios da Petrobrás no exterior.

DECOM/SEPRET (117)

Anexo II

DECOM DIPRER

PREÇOS AO CONSUMIDOR-COMPOSIÇÃO-PRELIMINAR 3

ESTRUTURA DE 02/03/90

PARCELAS	DERIV MÉDIO		GASOLINA		DIESEL		ÓLEO COMB. 1A	
	NCz\$/L	%	NCz\$/L	%	NCz\$/L	%	NCz\$/L	%
MATERIA PRIMA	3,5452	34,63%	3,5452	15,15%	3,5452	31,10%	3,5452	74,40%
CUSTO DE REFINO (04)	5431	7,26%	,7431	3,18%	,7431	6,52%	,7431	15,59%
PARC EQUALIZ PREÇOS (1)			5,9104	25,26%	-,4537	-3,98%	-,8048	-16,89%
FUPR	,8881	8,68%	2,1260	9,09%	1,4936	13,10%		
TRIBUTOS (3)	2,3073	22,54%	5,4642	23,35%	2,6667	23,39%	,2364	4,96%
MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO	,5498	5,37%	,3307	1,41%	,2919	2,56%	,2182	4,58%
MARGEM DE REVENDA	,9046	8,84%	1,6120	6,98%	1,5157	13,30%		
CUSTO FINANCEIRO	1,2974	12,67%	3,6683	15,68%	1,5975	14,01%	,8272	17,36%
CONSUMIDOR	10,2365	99,99%	23,4000	100,00%	11,4000	100,00%	4,7653	100,00%

PARCELAS	QAV		NAFTA PETROQ.		NAFTA P GER. GAS.		GLP	
	NCz\$/L	%	NCz\$/L	%	NCz\$/L	%	NCz\$/L	%
MATERIA-PRIMA	3.5452	53,74%	3.5452	115,83%	3.5452	114,05%	3.5452	58,62%
CUSTO DE REFINO (04)	7431	11,27%	7431	24,28%	7431	23,91%	7431	12,29%
PARC. EQUALIZ PREÇOS (1)	1,3639	20,68%	-1,3545	-44,26%	1,3111	-42,18%	-3,5228	-58,25%
F.U.P. (2)	-1228	-1,86%						
TRIBUTOS (3)	3251	4,93%	,1268	4,14%	,1312	4,22%	9758	16,13%
MARGEM DE DISTRIB.*	7420	11,25%					3,0897	51,09%
MARGEM DE REVENDA *							*6480	10,71%
CUSTO FINANCEIRO							5687	9,40%
CONSUMIDOR	6.5965	100,01%	3,0606	99,99%	3,1064	100,00%	6,0476	99,99%

(1) PARCELA PARA TRANSFERENCIA ENTRE OS DERIVADOS

(2) FRETE DE UNIFORMIZAÇÃO DE PREÇOS (UNIFORMIZA OS PREÇOS EM TODO PAÍS) (3) PIS/FINSOCIAL (REFINO, DIST. REV) + ROYALTIES PLATAFORMA + ICMS (EXCETO QAV, NAFTAS E O COMB) + COTA PREV

(4) INCLUI: CUSTO DO PESSOAL, PROCESSAMENTO DO PETRÓLEO, DEPRECIACÃO E REMUNERAÇÃO DO CAPITAL

(*) No caso do GLP, inclui a taxa do posto de venda.

(**) No caso do GLP, refere-se a taxa de entrega domiciliar.

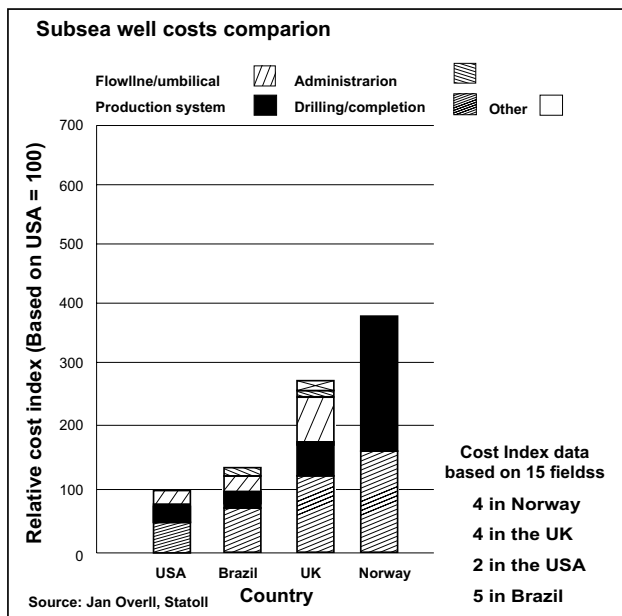
Anexo III

EVOLUÇÃO DO VALOR CIF DE IMPORTAÇÃO E DA TAXA DE CÂMBIO (EFETIVA X ESTRUTURA)

DATA VIGÊNCIA	TAXA CÂMBIO REAL	TAXA CÂMBIO ESTRUTURA	CIF REAL	CIF ESTRUTURA
14/01/89	859,25	945,51	17,085	13,508
16/01/89	1,000	0,9455	17,085	13,508
10/05/89	1,053	1,053	18,789	14,754
01/06/89	1,170	1,0872	18,437	15,143
16/06/89	1,360	1,283	18,437	15,143
03/07/89	1,701	1,507	18,425	15,143
14/07/89	1,882	1,776	18,425	15,143
16/08/89	2,464	2,436	17,814	15,360
16/09/89	3,219	3,219	18,472	15,807
04/10/89	3,968	3,753	19,002	16,160
17/10/89	4,465	4,392	19,002	16,160
01/11/89	5,309	4,716	18,841	16,994
21/11/89	6,471	6,041	18,841	16,994
21/12/89	10,135	10,234	19,766	18,440
18/01/90	14,530	13,820	19,400	19,850
17/02/90	25,989	20,547	20,400	19,850
02/03/90	32,197	25,141	20,000	19,850

Anexo IV

DEEPWATER ENGINEERING



Offshore, December 1989

Anexo V

Os custos médios do petróleo nacional e, em especial, os da Bacia de Campos são os seguintes em US\$/b:

	Total Brasil	Bacia de Campos
Custo de extração	6,91	4,55
Amortização de investimentos		
• Exploração	2,53	2,53
• Desenvolvimento de produção	5,05	3,49
• Royalties	0,43	0,43
Total dos custos operacionais	14,92	11,00
Overhead	0,89	0,89
Gastos com pesquisas	0,37	0,37
Despesas financeiras	1,10	1,10
Total dos custos não operacionais	2,36	2,36
CUSTO TOTAL	17,28	13,36

Resultados alcançados

A atuação política da AEPET, apoiada pelos Sindicatos dos Petroleiros e por diversas entidades civis, já resultou na alteração dos prazos de faturamento e nas condições de pagamento dos derivados fornecidos pela Petrobrás às Companhias distribuidoras, conforme indicado no Anexo VI.

CONDIÇÕES DE FATURAMENTO DOS DERIVADOS DE PETRÓLEO

DERIVADO	DATA	ATÉ	22.06.89	16.10.89	19.12.90	08.01.90	18.01.90	17.02.90
GLP	23 DIAS SCF	23 DIAS SCF	23 DIAS SCF	23 DIAS SCF	23 DIAS SCF	23 DIAS SCF	23 DIAS CCF 16 DIAS	23 DIAS CCF 23 DIAS
GASOLINA/DIESEL/ ÓLEO COMBUSTÍVEL	16 DIAS SCF	11 DIAS SCF	11 DIAS SCF	11 DIAS SCF	11 DIAS SCF	8 DIAS CCF 3 DIAS	8 DIAS CCF 8 DIAS	
NAFTA	30 DIAS SCF	25 DIAS SCF	23 DIAS SCF	À VISTA	À VISTA	À VISTA	À VISTA	
LUBRIFICANTES	30 DIAS SCF	10 DIAS SCF	10 DIAS SCF	10 DIAS SCF	8 DIAS CCF 2 DIAS	8 DIAS CCF 28 DIAS		
QUEROSENE AVIAÇÃO	30 DIAS SCF	25 DIAS SCF	25 DIAS SCF	À VISTA	À VISTA	À VISTA	À VISTA	

SCF-Sem Custo Financeiro
 CCF-Com Custo Financeiro
 Depoimento do Presidente da Petrobrás: 06.12.89
 Depoimento do Secretário da SEAP: 12.12.89
 Depoimento do Ministro Mailson da Nóbrega: 13.12.89
 Depoimento do Presidente do CNP: 06.03.90

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Sede: Rua Senador Dantas,
75/1801-Centro CEP: 20031
Tel.: 2204774
Telex: (21) 40167
CGC.: 34.131.870/0001-11
Insc. Munic.: 428.078-00

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Diomedes Cesário da Silva
Tel.: 598-6242 598-6226

Vice-Presidente

Fernando Leite Siqueira
Tel.: 534-2550 534-1175

Diretor de Patrimônio

Alexandre Guilherme de O. Silva
Tel.: 534-2282 262-6684

Vice-Diretor de Patrimônio

Hildebrando José Campos Gonsales
Tel.: 242-8081 R-402/404/420

Diretor de Comunicações

Ricardo Moura de A. Maranhão
Tel.: 566-5611

Vice-Diretor de Comunicações

Felipe Leite e Antunes
Tel.: 534-4851

Diretor de Pessoal

Heitor Manoel Pereira
Tel.: 534-1944 262-0871

Vice-Diretor de Pessoal

Carlos Soligo Camerini
Tel.: 598-6526

Diretor Cultural

Marco Aurélio Latgé
Tel.: 534-1338 534-1341

Vice-Diretor Cultural

Marcia Amaral Estevão dos Santos
Tel.: 598-6734 534-6730

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Argemiro Pertence Neto
Tel.: 534-1711 534-1712
Carlos Augusto D. Brandão
Tel.: 534-2256 534-2254
Edson Luiz Megale Vale
Tel.: 232-7181

Suplentes

Rosalinda Chedian Pimentel
Tel.: 534-2168
Sydney Reis Santos
Tel.: 534-2757 534-4804
Hildo Francisco Henz
Tel.: 534-4477 R - 2063

Boletim da AEPET

Jornalista Responsável

Teresa Garcia

Mtb 16319

Diagramação, Composição e Arte
Rama Artes Gráficas
Rua Evaristo da Veiga, 16 s/504
Tel.: 262-9906
